

Opção ou orientação sexual? (des)constrovérsias na (des)contextualização da homossexualidade

*Isaias Batista de Oliveira Jr*¹

*Eliane Rose Maio*²

RESUMO

Debates acerca da sexualidade são constantes, no entanto, quando se trata da homossexualidade, estudiosos se dividem quanto à concepção do exercício da sexualidade como uma opção, portanto, de caráter emancipatório ou orientação, permeado pelo caráter biologizante. Na tentativa de problematizar tais condições, assumimos como objetivo apontar modos específicos de experienciar as relações sexuais e questionar os caracteres hegemônicos. Fizemos um recorte dos dados bibliográficos de uma pesquisa realizada para a obtenção do título de mestre em Educação. Concluímos que tal discussão só deixará de ter significado a partir do momento em que se desestabilizar a heterossexualidade como ideal de normatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Orientação Sexual. Opção Sexual. Homossexualidade. LGBTQIA.

*Sexual option or orientation? (dis)disputes in the (dis)
Contextualization of homosexuality*

ABSTRACT

Discussions about sexuality are constant, however, when it comes to homosexuality, scholars are divided about the notion of the exercise of sexuality as an option, therefore, emancipatory or orientation, permeated by the biological character. In an attempt to problematize such conditions, our objective is to point specific ways of experiencing sexual relations and question hegemonic characters. This article is a cutout of

¹Doutor em Educação. Professor na Estadual do Paraná, Apucarana, Paraná, Brasil. E-mail: jr_oliveira1979@hotmail.com

² Doutora em Educação. Professora na Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br

bibliographic data from a survey conducted for obtaining the title of Master in Education. It was concluded that this discussion will only cease to have meaning when heterosexuality is destabilized as an ideal of normativity.

KEYWORDS: Sexual Orientation. Sexual Option. Homosexuality. LGBTQIA.

Introdução

Debates acerca das múltiplas manifestações da sexualidade ganham destaque e dividem pesquisadores das mais distintas áreas, principalmente no que se refere à genealogia da homossexualidade. De um lado, encontramos aqueles que defendem o livre arbítrio dos sujeitos de manifestar seus desejos sexuais da forma que lhes satisfizer, dito de outra forma, acreditam que optar com quem se relacionar é um processo emancipatório, de libertação e (des)caracterização da pessoa lésbica, gay, bissexual, bigênero, travesti, transexual, transgênero, *queer*, questionadora, intersexo, indecisa, assexuada e aliada – LGBTQIA (FACHINNI; FRANÇA, 2009, GROSSI, 2011; FURLANI, 2011b, SCHULMAN, 2013).

De outro lado, uma parcela considerável de pesquisadores e componentes do Movimento LGBT acredita ser contraproducente vincular a homossexualidade a uma escolha, pois tal sugestão poderia ser o sustentáculo de teorias que pautam seus discursos no caráter desviante dessa expressão sexual e que poderia induzir ao fanatismo associado a “curas gays” (OLIVEIRA JR, 2013).

Esses desencontros reverberam no ambiente escolar, em que os discursos proferidos coadunam e aprofundam estereótipos, principalmente quanto à homossexualidade.

Assim, observamos no cotidiano escolar as dificuldades dos educadores em estabelecer a homossexualidade dentro de um quadro de normalidade, por vezes caracterizando alunos LGBTQIA como desviantes ao assumirem a identidade heteronormativa como incontestável. Isso é

reforçado quando definem a sexualidade como opção – portanto, controversa – ou como orientação – de caráter biologizante.

A prática de heteronormatização, embora pouco debatida, nada mais é do que a imposição da heteronormatividade que se desenvolve cotidianamente na reiteração compulsória que consolida o imperativo heterossexual, em detrimento de outras práticas sexuais e da materialização de normas regulatórias. Tais normas são, em partes, aquelas da hegemonia sexual, por meio de uma relação binária, em que uma das formas de manifestação da sexualidade recebe um valor positivo e privilegiado – a heterossexualidade – enquanto a outra recebe um cunho negativo, portanto, passível de sanções – a homossexualidade. (BUTLER, 2010; LOURO, 2009; ROCHA FILHO, 2010).

Partindo desse discurso inaugural, para este estudo, atemo-nos às delimitações, em termos, da vivência da(s) sexualidade(s) com um viés emancipatório ou como um dado biológico, com o objetivo de apontar modos específicos de experienciar relações amorosas e questionar a imposição de caracteres hegemônicos que assumem tais possibilidades como libertadoras.

Para a efetivação dessa proposta, fizemos um recorte bibliográfico e da base de dados que compunham uma pesquisa realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e análise discursiva de 12 diretores escolares, 12 pedagogas e 13 docentes de Biologia, de escolas públicas estaduais de 13 municípios do norte do estado do Paraná acerca da diversidade sexual e da homofobia, para a obtenção do título de mestre em Educação.

É válido ressaltar que a discussão que propomos é carente de pesquisas anteriores que forneçam dados consistentes, portanto, consideramos um desafio discutir tais concepções e encontrar respaldo na literatura. Desse modo, tentaremos tecer debates que nos possibilitem esquivar de uma postura militante, caracterizada como aquela que visa, por meio da “conscientização”, desconstruir a utilização de determinados conceitos.

A homossexualidade vigiada e punida

Antes de prosseguirmos com as discussões pretendidas é necessário perpassarmos, mesmo que brevemente, a compreensão histórica da homossexualidade. No entanto, iremos nos ater a um período mais recente, propiciado por estudos que apontam essa prática sexual do século XVII à pós-modernidade.

Para Michel Foucault (1993), até o início do século XVII, as práticas sexuais eram livres, libertas. No entanto, com o passar do tempo, a(s) manifestação(ões) da(s) sexualidade(s) foram cuidadosamente encerradas à função de reprodução, e aqueles que agiam em desacordo com o estatuído eram considerados anormais e a eles eram impostas as devidas sanções. Assim, comumente as práticas sexuais como a masturbação e a homossexualidade eram duplamente condenadas e consideradas desviantes e insanas.

A religião teve grande influência na caracterização da homossexualidade, como sodomia, ou seja, um pecado perverso passível de pena de morte, previsto pelo catolicismo

[...] como depravações graves. A tradição sempre declarou que "os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados". São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados [...] (CATECISMO, 2013, s/p.).

Embora por volta da metade do século XVIII tenha havido uma revolução sexual, a homossexualidade não deixou de ser vista como um caráter desviante da personalidade e que deveria ser vigiada e punida. Como consequência dessas contenções, o início do século XIX trouxe consigo a incorporação da homossexualidade – caracterizada pelo termo homossexualismo – aos manuais médicos/psiquiátricos representada como

doença, exceção, inversão, anormalidade, entre outras denominações (HEKMA, 1985, BORTOLINI, 2008).

As explicações para esses “desvios” da personalidade foram permeadas por teorias atribuídas a diversas esferas formativas do ser social, tais como: biológicas, psicológicas, sociais, “espirituais”, explicadas por meio de cargas genéticas, hormonais, desvio no desenvolvimento sexual, instinto congênito ou adquirido, inversão da personalidade etc. (SOUSA FILHO, 2009a).

Na segunda metade do século XIX a homossexualidade não é mais tratada como “contrária à natureza” a não ser em certos tratados de medicina legal, artigos de códigos penais ou discursos religiosos – permanece até hoje a mesma sempiterna visão de que se trata de uma “tendência sexual” para cuja causa certos fatores devem ter influído, tornando-se matéria de etiologia médica, objeto de arqueologias do “inconsciente” ou, recentemente, assunto de especialistas das áreas da biologia, neuroanatomia, neurociência. Num ou noutro caso, estamos no reino das pretendidas causas (SOUSA FILHO, 2009b, p. 96).

Nas últimas décadas do século XX, finalmente os Códigos Internacionais de Doenças e Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (CID-X e DSM IV) retiraram a homossexualidade de suas classificações e, em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) aboliu a homossexualidade como doença de todas as suas listas. Além disso, em 2001, o Conselho Federal de Psicologia do Brasil proibiu todos os profissionais da área de realizarem qualquer tratamento que vise uma possível “cura” da homossexualidade, visto que não ela não mais pode ser assinalada como uma doença (BORTOLINI, 2008).

No entanto, a descaracterização do “homossexualismo”, não encerrou por si só a discussão sobre a genealogia da homossexualidade explicada por alguns especialistas como “um fato na vida do indivíduo afetado que se

tornaria possível explicar por alguma causa específica” (SOUSA FILHO, 2009b, p. 96) e ainda hoje se buscam respostas e implicações relativas à homossexualidade.

Tais explicações são sempre respaldadas por um arsenal de atitudes preconceituosas, discriminatórias e violentas de pessoas, grupos e instituições conservadoras, assim o fenômeno sexual na atualidade carrega em sua essência determinados pressupostos históricos, antropológicos e culturais (FORCANO, 1996).

O embate entre o novo e o conservador, entre a conquista dos direitos e a repressão dos preconceitos se dá em todo o corpo social, em diferentes lugares e momentos, por exemplo, na escola, uma “[...] instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido” (CÉSAR, 2008, p. 48), configurando-se num lugar de opressão, no qual sujeitos LGBTQIA vivem de maneiras distintas situações delicadas de vulnerabilidade, negação, autculpabilização e internalização da homofobia, conforme apontam relatos docentes:

“A nossa sociedade foi estruturada dentro de padrões e eles estão fugindo de padrões” (Carmem³, professora, grifos nossos).

“[...] eu até nem acredito que existam pessoas preconceituosas, eu acho que é porque eu não tenho convivência com esse tipo de pessoas, que existe esse tipo de preconceito” (Casimiro, diretor, grifos nossos).

“Com certeza o professor tem preconceito. E como não existe a lei que proíbe a homofobia ainda, então ele pode manifestar o preconceito. Então ele manifesta” (Keneddy, diretor).

Esses discursos apontam a estereotipização de padrões sexuais entre aqueles considerados normais e subversivos, em parte reforçados pelo processo de invisibilização e de violência por parte de toda a comunidade

³ Os nomes aqui empregados são pseudônimos, como forma de garantir a identidade dos educadores.

escolar, com a participação ou omissão da família, da sociedade civil e do Estado.

Na tentativa de apontar a dualidade entre emancipação e biologia e como forma de didatizar as discussões e nos desvencilharmos de uma postura militante, traremos à baila discussões de autores e educadores que defendem ora a emancipação do desejo como uma opção sexual; ora a orientação sexual como um dado imutável.

Opção sexual como emancipação ou orientação sexual como dado biológico?

Jesus et al. (2008) e Brasil (2011a) apontam que o desejo sexual é compreendido como o sentimento de atração que o indivíduo apresenta por uma ou várias pessoas no âmbito afetivo, em que tanto homens quanto mulheres podem legitimamente se interessar por pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou por ambos os sexos – respectivamente heterossexuais, homossexuais e bissexuais.

Claro que nossa cultura, ávida por classificações, ao longo dos tempos, em especial nas últimas décadas, criou identidades sexuais, algumas das mais conhecidas como: gays, lésbicas, bissexuais, homens e mulheres travestis, transexuais, homens heterossexuais, mulheres heterossexuais etc. Dentre essas vertentes, pesquisadores e integrantes do Movimento LGBT buscaram delimitar as manifestações da(s) sexualidade(s) como um dado biológico ou emancipatório. Tal dicotomia provoca dúvidas e até mesmo estranheza no corpo docente quando tais discussões adentram os muros escolares.

“[...] um hetero vem reclamar do homossexual, eu tenho que falar que existe a diversidade, que ele não tem culpa, que ele tem que ser respeitado pela opção sexual dele, orientação sexual, hoje em dia a gente não sabe nem como, se é opção se é orientação, o que que é né” (Cassandra, diretora, grifos nossos).

Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar ou não os nossos sentimentos, a publicação do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra pessoas LGBTQIA e de Promoção da Cidadania Homossexual – Brasil Sem Homofobia alega que alguns profissionais, seguindo o exemplo da Psicologia, adotam uma postura biologizante ao “[...] não considerar que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade” (BRASIL, 2004, p. 29).

O *Guia adolescentes e jovens para uma educação entre pares*, ao abordar a homossexualidade, defende que é “[...] um equívoco dizer que se trata de uma opção sexual, pois não depende de escolhas conscientes nem pode ser aprendida” (BRASIL, 2011a, p. 15). Esse discurso torna a orientação algo social, quase natural, universal, o que poderá fazer com que se acredite “[...] que os indivíduos portam algo (‘a orientação’) identificável a uma sexualidade fixa, inteligível, coerente, inteira, um conjunto de atributos idênticos a si mesmo, provavelmente também ‘com uma gênese específica’” (SOUSA FILHO, 2013a, p. 07-08), que em partes é atribuída a fatores genéticos, hormonais, portanto imutáveis. Esse discurso toma corpo por meio do discurso docente.

É uma genética que... é uma... nasceu diferente [...]. Não é porque eu... é uma opção minha. É porque é a genética. Ela vem diferente” (Cecília, diretora).

“Muitas vezes a pessoa é homossexual, mas ela não queria ser homossexual né. Então é uma coisa assim hormonal mesmo né” (Catarina, professora)

Esse entendimento é validado como recurso estratégico legitimador na luta do reconhecimento da homossexualidade, de tal maneira que, “a visão de que a orientação sexual é algo que está para além da determinação da pessoa pode gerar uma ideia de pena” e essa correlação, para Bortolini (2008a), deixa de ser positiva na luta pelos direitos de pessoas LGBTQIA.

Junqueira afirmou que a delimitação da homossexualidade a uma orientação essencialista se traduz em “[...] uma ânsia por autorização, concessão, aquiescência ou clemência [...] não implica avanço ético e político algum, pois advoga pelo reconhecimento do inevitável e não da legitimidade de um direito” (2012, p. 77).

O temor em assumir novos conceitos e a veneração por trás de discursos delimitadores são amparados sob a égide do que Foucault (2007, p. 50) denomina logofilia, ou seja, “[...] tudo se passa como se interdições, supressões, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso”.

A Fundação Perseu Abramo (2009b) apontou em um estudo realizado entre o ano de 2008 e 2009 que determinados indivíduos admitem o preconceito contra pessoas LGBTQIA respaldados pela explicação da proveniência da conduta sexual, para muitos, vista como uma opção ou escolha, conseqüentemente, mais condenável, sendo legítimo discriminá-la quando foge ao padrão heteronormativo.

É plausível supor que os que acreditam que ser uma pessoa LGBTQIA é uma escolha, possam considerar essa opção um erro, portanto, passível de crítica, de gozação e de outras formas de ações punitivas. Ora, detectamos aí o grande equívoco presente no discurso heteronormativo desses sujeitos, que em “[...] nome de uma sexualidade dita correta ou normal legitimam a homofobia por padrões culturais que condenam práticas não heterossexuais [...]” (ABRAMOVAY, 2009, p. 192), essa reiteração, quando chega aos diversos espaços escolares, surge por meio de xingamentos, ataques físicos, desempoderamento, esquiva, dentre outros, como aponta o relato a seguir.

“O grupo de meninos geralmente quando entra no banheiro um menino homossexual, geralmente no banheiro eles pressionam, fazem xingamentos, falam palavrões, entendeu. Porque ele tá num local reservado, eles acham que ninguém vai saber o que aconteceu ali. Na sala de aulas tem testemunha, no corredor tem testemunha, mas o local onde ele fica mais vulnerável eu acho que é lá, porque ele fica fechadô” (Francisca, professora).

Para fugir das distintas faces da agressão e como fator de defesa, muitas pessoas LGBTQIA justificam sua sexualidade como uma orientação acreditando que o caráter biologizante da homossexualidade possa ajudá-los no combate à violência a que são constantemente submetidas.

Na contramão da corrente que defende a sexualidade como algo dado com o nascimento, autores como Bortolini (2008b) assumem a opção sexual como um movimento libertário de ordem afetiva e/ou sexual, em que uma pessoa pode sentir atração por uma ou por várias pessoas, num *continuum* que pode ser manifesto desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva ou permeado pelas distintas formas de bissexualidade.

Para Weeks (2010), a orientação sexual, como esteio da homossexualidade, em seu sentido *stricto*, não dá mais conta de responder aos anseios de emancipação política e social às quais as minorias sexuais têm lutado para obter.

[...] cada vez mais, a homossexualidade se torna uma opção, ou uma escolha, a qual os indivíduos podem seguir de um modo que era impossível numa sociedade mais hierárquica e monolítica. A existência de um modo de vida *gay* dá oportunidade para as pessoas explorarem suas necessidades e desejos, sob formas que eram algumas vezes literalmente inimagináveis até bem pouco tempo. É por isso, obviamente, que a homossexualidade é vista, frequentemente, como uma ameaça para aqueles ligados ao *status quo* moral, estejam eles situados à esquerda ou à direita do espectro político. A existência de identidades lésbicas e *gays* positivas simboliza a pluralização cada vez mais crescente da vida social e a expansão da escolha individual que essa oferece (p. 69-70).

Essas visões encontram eco no contexto escolar ao observarmos a fala de alguns educadores, como, “[...] *a diversidade sexual é a liberdade de*

escolha que cada um tem, é a liberdade de escolha do parceiro independente se é feminino-feminino, masculino-masculino, se é bissexual” (Anésia, professora).

Legitimando essa visão, Sousa Filho (2009a; 2009b; 2013a; 2013b) e Sala (2007; 2012) defendem que não é necessária à plena extinção da concepção “orientação” e nem contestam as discussões sobre a orientação sexual para pensar nas variantes sexuais, porém, não sem deixar de assinalar que sua potencialidade crítica inicial não sustenta o caráter da homossexualidade; “[...] sobretudo na medida em que sua substancialização crescente afastou-o de ser entendido como sinônimo de escolha, opção, preferência, práticas do desejo”, ou eleição (SOUSA FILHO, 2009a, p. 69).

Jimena Furlani (2009b), ao ser questionada em debate realizado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná denominado *Estado, Sexualidade e Educação: A Questão do Kit Anti Homofobia do MEC*, sobre a diferença entre opção e orientação sexual, afirmou que não há diferença entre ambos os conceitos, sendo eles são dois modos como as pessoas entendem e se referem ao fato de as pessoas se atraírem pelo mesmo gênero, pelo gênero oposto ou ambos os gêneros.

Algumas pessoas entendem que isso é uma decisão da própria pessoa e acabam por utilizar o termo opção sexual, como se fosse uma escolha pessoal; outras recorrem aos seus sinônimos como fator de desestabilização, tais como, “pluralidade de preferências, escolhas, eleições, opções, orientações, que, como práticas, tornam-se ‘desordem’, desestabilização, no que parece ser estabilidade, unidade, homogeneidade” apontados por Sousa Filho (2009a, p. 71).

Sala (2007) reforçou que a questão não é a universalidade do termo, o questionamento em torno do uso da palavra orientação sexual é o essencialismo “[...] presente en el discurso dominante como una realidad que deriva de una verdad natural, apolítica, fuera de lo social y por lo tanto incuestionable” (SALA, 2007, p. 90).

Essa essência pode ser física, biológica ou psicológica que evidencia a(s) diferença(s) daquelas pessoas homossexuais das demais. O uso indiscriminado desse termo traz consigo todas essas teorizações e acaba por encerrar o espaço para o debate, pois a biologia fez o indivíduo dessa forma, e aí onde se encontra o maior entrave, pois o sujeito carece de uma deficiência física ou biológica para se relacionar com quem gosta. Ao usar o vocábulo opção sexual estamos liberados do peso da história e da biologia que fez os/as homossexuais como são, ou seja, diferente(s) e o diálogo se torna mais aberto, pois está se fazendo inferência a uma sexualidade mais fluída e, sobretudo à ideia de que podemos ao longo da vida ter e escolher diferentes parceiros/as e isso não está necessariamente ligado ao nascimento, ou seja, nascer homossexual, crescer homossexual e morrer homossexual ou heterossexual [...] (SALA, 2012, s/p.).

Conceber as expressões da sexualidade como opção e não como orientação sexual

[...] nos permite reflexionar también acerca de la heterosexualidad y someterla a crítica [...] Lo que afirmo aqui no es que una visión de la sexualidade humana en términos de opción sexual sea la panacea contra todas las desigualdades e injusticias que caracterizam la relación [...] en la sociedade, pero sí que conceptualmente abre un espacio de reflexión acerca de estos temas, que queda irremediamente cerrado si vemos homossexualidade y heterosexualidad como categorías irreducibles, opuestas entre sí y gobernadas por la orientación del deseo que en cuanto fuerza natural se escapa a nuestro control [...] (SALA, 2007, p. 233).

O homem e a mulher “[...] podem desenvolver um domínio consciente e responsável sobre sua atividade sexual. Mas este poder é simples

capacidade. Capacidade disposta a ser desenvolvida em uma direção ou outra” (FORCANO, 1996. p. 18), o que reforça os discursos docentes “[...] *as pessoas eu acredito assim, que elas têm liberdade, [...] pra escolher né, qual seria [...] a sua linha, o seu relacionamento sexual*” (Shere, professora).

Levando em conta tanto a percepção dos autores e educadores supracitados Foucault aponta que a emancipação dessa(s) sexualidade(s) “[...] inclui a liberdade de expressão dessa escolha, quer dizer, a de torná-la pública e a de não torná-la pública” (2000, p. 16).

Hekma (1985) defende que é necessário que se adquira a consciência de que “não são apenas as concepções sobre sexualidade que mudam, mas também a própria sexualidade e o comportamento sexual [...]” (p. 259). Portanto, questionar a aplicabilidade restritiva de determinadas concepções não implica rescindi-las por completo, negando sua utilidade, e nem a necessidade de seu uso em determinados contextos específicos, pois inviabilizaria a possibilidade de um grande número de pesquisas na área de Ciências Humanas, já que a maioria dos conceitos com os quais trabalhamos são problemáticos.

Reconhecer que a aplicabilidade de concepções possa ter esse caráter problematizador “[...] implica em reconhecer a linguagem como construção histórico-cultural, negando sua pretensa neutralidade e universalidade, mas não implica necessariamente inviabilizar todas as pesquisas que trabalham com categorias que possam ser questionadas” (DINIS, 2011, p. 41).

Todavia, suspeitando da “fragilidade” do argumento (des)construcionista que estamos propondo, cremos que opiniões se levantarão quanto “a afirmação político-pública das orientações sexuais como realidades do campo das práticas, escolhas, construções, preferências e variáveis coexistentes. Isso tornará possível que homossexuais sejam questionados quanto a poderem escolher uma outra orientação sexual que não aquela que praticam e com a qual se identificam” (SOUSA FILHO, 2009a, p. 66-67). E, de fato, não poderiam?

Sousa Filho (2009a) responde que efetivamente podem e são muitos os sujeitos que variam suas práticas/orientações sexuais. Por exemplo, homens e mulheres tidos como “heterossexuais”, por bom tempo de suas vidas, transportam-se, em alguma circunstância, a vivências da homossexualidade, assim como homens e mulheres com experiências duradouras da homossexualidade experienciam, em algum momento de sua trajetória, práticas heterossexuais. Igualmente, como tantos outros praticam alternada ou concomitantemente os diversos prazeres sexuais, sem buscarem qualquer identidade fixa.

Para Sousa Filho (2009a), o temor por parte de militantes e estudiosos da diversidade sexual em abandonarem a concepção de “orientação” gira em torno do fato de que os homofóbicos e conservadores possam ganhar o debate, pois poderão usar o argumento de que se a “orientação sexual” é uma “[...] escolha, opção, um desejo, aqueles que escolhem “desvios” e “perversões” não podem querer institucionalizá-los em forma de direitos, pois podem escolher a orientação sexual natural, normal” (p. 68).

Emerge dizer que o reflexo dessa discussão está no fato de que muitos discursos empregam o conceito de opção sexual e transformam isso em cenário principal do reconhecimento da homo/bissexualidade como uma conquista política, ou despatologizante, mas não aprofundam na discussão emancipatória do exercício sexual.

Sousa Filho (2009a) exemplificou esse fato ao evidenciar as reações de diversos participantes da I Conferência Nacional LGBT, realizada em junho de 2008 no Distrito Federal, onde a cada vez que palestrantes – ao fazerem referência à homossexualidade – usavam o termo “opção sexual”. O próprio Presidente da República na época, Luiz Inácio Lula da Silva, e ministros de Estado eram interrompidos em coro com o jargão: “opção não, orientação!”.

Nessa correção linguístico-política, “orientação” é substantivo que pretende exprimir a essência, a qualidade, à propriedade que, existindo por si mesmas, sem ação do sujeito-homossexual, exprimiriam a sua verdade profunda e o fundamento da sua

identidade sexual, substância determinada e determinante (SOUSA FILHO, 2009a, p. 65).

A literatura científica costuma afirmar que são múltiplos os aspectos – psicológicos, sociais, culturais e históricos – que interferem na formação da sexualidade e ela não “[...] obedece a reflexos inatos, mas condicionados. Por isso mesmo, torna-se uma atividade domesticável, sumamente maleável [...]” (FORCANO, 1996, p. 18).

Nesse sentido, para Bortolini, o mais importante é que a encaremos como uma íntima manifestação pessoal, que deve ser vivida de “[...] uma forma livre, tranquila, respeitosa, saudável e que precisa ser respeitada [...]” (2008a, s/p.) como um direito inalienável, pois, “[...] toda pessoa pode se relacionar com qualquer outra, erótica e afetivamente, livre de qualquer constrangimento, com autonomia para reconhecer e exercer os próprios desejos em liberdade, dignidade [...]”, livre de violência (BRASIL, 2011a, p. 15).

É necessário, portanto, para Sousa Filho

[...] buscar maneiras de pensar e dizer o desejo e o prazer diferentemente do que predomina entre médicos, sexólogos, psicólogos, pedagogos etc., tendo o destino dessa reflexão sempre o indivíduo (seu prazer, sua alegria, sua felicidade) como único interessado, se o que faz com o seu corpo não representar violência sobre outrem, se o que deseja com o outro têm deste o consentimento (2009a, p. 71).

Entre os pontos e contrapontos, é defensível para Sousa Filho que, não se torne impróprio ou inexato definir a sexualidade como opção, preferência, escolha, predileção, eleição, em detrimento de orientação, pois

[...] quando utilizados em contextos em que a questão identitária política se apresenta como importante para a referência,

principalmente, orientações sexuais socialmente estigmatizadas, marginalizadas – situando-se aqui os casos dos *gays*, lésbicas, travestis, transexuais. Deve-se admitir, então, que, nesses casos, tendo ao redor de si o violento trabalho de colonização da sociedade inteira para que todos sejam heterossexuais, alguém afirmar que sua orientação sexual é uma tomada de posição, uma escolha, uma opção (identitárias, políticas) é ação mais do que apropriada à finalidade política a que se destina (2013a, p. 10-11).

O alarde em torno dos discursos invisíveis sobre a sexualidade como orientação ou opção, estruturante da homossexualidade, é caracterizado como o temor cego e surdo a esses acontecimentos de uma massa de coisas que podem ser ditas de outra forma, do (re)surgir de novos ou velhos enunciados, de tudo o que possa violentar, descontinuar, combater, desordenar e/ou despropositar o grande zumbido incessante do discurso. Se intentarmos analisar a genealogia desse temor

[...] em suas condições, seu jogo e seus efeitos, é preciso, creio, optar por três decisões às quais nosso pensamento resiste um pouco, hoje em dia” [...] questionar o nosso desejo de verdade; restituir ao discurso seu mero caráter de acontecimento causal; suspender, enfim, a soberania do dito e do significante” (FOUCAULT, 2007, p. 50-51).

O que pretendemos ao tomar como sustentáculo o pensamento de Foucault (2007) é evidenciar a ambiguidade das concepções de opção e orientação sexual, a fim de que no futuro, desprovidos de rótulos, tenhamos a possibilidade de nos relacionarmos com pessoas sem a necessidade de nomeações, nomenclaturas, siglas, enquadramentos etc., libertando-nos de indagações que, nos questionamentos de Swain (2009b, p. 13), intrigam-nos na atualidade.

[...] quem sou eu, fora da sexualidade? Quem sou, fora das normas do sexo? Por que devo me curvar às regras que impõem a sexualidade como fundo de verdade do ser? De fato, pouco me interessa saber quem eu sou, já que não sou mais a/o mesma/o, no momento desta enunciação. A liberdade não é uma palavra vã. Se ela se encontra no fim do arco-íris, sua conquista é o caminhar crítico da construção de mim, que me leva onde nunca fui, que me afasta daquilo que não serei nunca mais, livre, porém, das servidões biossociais. É assim que concebo a estética da existência: a produção crítica de mim, enquanto sujeito político e histórico, transitando em temporalidades e lugares inusitados, quebrando os grilhões do natural, da sexualidade compulsória, das novas servidões que se anunciam ao criar nossos corpos.

A discussão ora apresentada sobre a homossexualidade impõe uma proposta desafiadora quando questionamos o desenvolvimento analítico dos processos de normalização que se interceptam com as fronteiras nas quais as diferenças são constituídas, mantidas ou dissipadas. Trata-se de um objetivo científico/sociológico permeado de implicações políticas que nos permitem compreender e contestar os processos sociais que se utilizam das diferenças como marcadores de hierarquia e opressão (MISKOLCI, 2009).

Conclusão

Historicamente, as manifestações da sexualidade sempre foram vigiadas e punidas quando descumpriam o seu mandato social. Caracterizada como desvio da personalidade, a homossexualidade foi tida por um longo período como subversiva, doentia, inversa, assinalada como homossexualismo nos anais de medicina e psiquiatria. A sua extinção dos manuais médicos não a desvinculou do caráter biologizante. Assim, incontáveis estudos buscam e apontam respostas biopsicossociais para explicar a gênese da homossexualidade.

Na escola permanece a sempiterna dúvida da genealogia da homossexualidade, muitas vezes caracterizada ora como uma opção consciente e libertária das amarras da normatividade; ora como uma orientação inelegível e determinista.

Componentes do Movimento LGBT se articulam por ambas as concepções e elegem a prática homossexual como uma conquista política ao assumi-la como: preferência, escolha, eleição, opção, orientação, pois acreditam que essas referências desordenam e desestabilizam o que parece ser estabilidade, unidade, homogeneidade. Por outro lado, há os que temem que pessoas homofóbicas possam usar o argumento de que se há a possibilidade de escolha, por que não escolher a heterossexualidade, tida como compulsória, verdadeira e natural?

Diante das controvérsias aqui apontadas, defendemos que a discussão sobre a genealogia da homossexualidade como opção ou orientação só deixará de ter significado a partir do momento em que se desestabilizar a heterossexualidade como padrão normativo, de forma que toda e qualquer manifestação da sexualidade não heteronormatizada deixe de ser caracterizada como desviante ou patológica.

Com base nos apontamentos realizados nesse estudo e à guisa de conclusão, deixamos aos leitores problematizações para questionarmos os conceitos aqui debatidos e quem sabe orientar novas propostas acerca do tema: em que se justifica a impossibilidade de optarmos com quem vamos nos relacionar sexualmente se a causa da homossexualidade ainda não foi elucidada? Quantos sujeitos reconhecidamente heterossexuais passeiam por experiências com pessoas do mesmo gênero sem que se reconheçam bissexuais ou homossexuais, apenas como uma manifestação do desejo? Ou mesmo pessoas assumidamente homossexuais optam por manter uma relação heterossexual sem se desprender de sua identidade? Não seriam escolhas? Eleições? Preferências? Predileções? Opções? Ou estamos a falar de fatores deterministas latentes? A identidade sexual se constitui ao longo

da vida por escolhas pessoais ou é um dado imutável que se dá com base na concepção do sujeito?

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. *Adolescentes e jovens para uma educação entre pares: diversidades sexuais*. Brasília: Ministério da Saúde. 55 p. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde. 2004.

BORTOLINI, Alexandre. *Diversidade sexual na escola*. 1ª edição – Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ. 2008.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 151-172.

CATECISMO da Igreja Católica. 2013. Disponível em <<http://www.catequisar.com.br/dw/catecismo.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2013.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. *Educar*, n. 35, Curitiba: Editora UFPR, 2009, p. 37-51.

FACHINNI, Regina. FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Saludy, Sociedad, Revista Latino Americana*. 2009. p. 54 – 81.

FORCANO, Benjamin. “Libertar a sexualidade”. In: FORCANO, Benjamin. *Nova ética Sexual*. São Paulo: Musa. 1996, p. 05-66.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. 1993.

FOUCAULT, Michel. “Entrevista a James O’Higgins (1982)”. In: BARRETO, Jorge Lima. Maria Cristina Guimarães Cupertino (Trad.). *Um diálogo sobre os prazeres do sexo*. Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum Philosophicum. São Paulo: Landy. 2000. p. 11-45.

FURLANI, Jimena. *Estado, sexualidade e educação: a questão do kit anti-homofobia*. SC: Grupo de diversidade Sexual da UDESC, 2011b. (Comunicação oral). Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=DrfeN_pn9aw>. Acesso em: 23 dez. 2012.

GROSSI, Miriam Pillar. *Estado, sexualidade e educação: a questão do kit anti-homofobia*. SC: Grupo de diversidade Sexual da UDESC, 2011. (Comunicação oral). Disponível em duas partes <http://www.youtube.com/watch?v=_ROuls6CAac> e <http://www.youtube.com/watch?v=L2V7YF1o_vk>. Acesso em: 23 dez. 2012.

HEKMA, Gert. Uma história da sexologia: aspectos sociais e históricos da sexualidade. In: BREMMER, Jam (Org.). *De Safo a Sade*. Momentos na História da Sexualidade. Tradução: Cid Knipel Moreira. Campinas- SP: Papirus, 1985. p. 237-263.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. *Bagoas*. n. 04, p.171-190, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. *Revista Educação On-line PUC*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 64-83, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Ministério da Educação: SECADI/MEC. Brasília, 2009, p. 85-95.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. 2ª edição. São Paulo: EDUC, 1999.

OLIVEIRA JR, Isaias B. de. *O/A diretor/a não viu, a pedagoga não ouviu e a professora não quer falar: discursos docentes sobre diversidade sexual, homofobia e “kit gay”*. 2013, 206 f. Dissertação Mestrado. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2013.

ROCHA FILHO, João Silva. O currículo escolar e as relações de heterossexismo e homofobia na educação básica. *Fazendo Gênero*. Diásporas, Diversidade, Deslocamentos. ago. 2010, p. 1-9.

SALA, Arianna. **Construcciones identitarias en el contexto histórico-cultural: identidades lésbicas, histórias de vida y discursos sociales**. 2007. 309 f. Tese (Doutorado). Universidad de Sevilla, Sevilla, 2007. Disponível em <http://fondosdigitales.us.es/media/thesis/1206/Y_TD_PS-312.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.

_____. Opção x Orientação Sexual. *Canal SAP*. 2012. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=nV2Vjn9Pf3I&playnext=1&list=PLiX7GB_A3TP_hYTpQ7gLmCh5vcAdce3_V2&feature=results_video>. Acesso em: 16 jan. 2013.

SCHULMAN, Michael. Assexuados, bichas & cia: a nova geração gay nas universidades dos EUA. Tradução: Clara Alain. Texto originalmente publicado no jornal "The New York Times". *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 17 de fev. de 2013. Seção Comportamento, s/p. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/94158-assexuados-bichas-amp-cia.shtml>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

SOUSA FILHO, Alípio de. A política do conceito: subversiva ou conservadora? - crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. *Bagoas*. n. 04, 2009a, p. 59-77.

_____. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Ministério da Educação: SECADI/MEC. Brasília, 2009b, p. 95-124.

_____. *A resposta gay*. 2013a. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/A%20RESPOSTA%20GAY.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2013.

_____. *Orientação sexual: construção política do desejo, ou crítica da substancialização*. 2013b. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/Orientacao%20sexual%20-%20a%20construcao%20politica%20do%20desejo.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2013.

Recebido em maio de 2016.

Aprovado em agosto de 2016.